

ATA DA CENTÉSIMA DECIMA OITAVA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às dez horas e vinte minutos do dia treze de julho de 2004 no Auditório Tancredo Neves – Ministério da Justiça, deu-se início a Instalação da Sessão Solene da 118ª Assembléia Ordinária do CONANDA em Comemoração aos 14 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, A Sessão contou com a presença de conselheiros, autoridades e convidados. A mesa foi composta pelos Secretário Especial dos Direitos Humanos e Presidente do CONANDA, Nilmário Miranda; Ministro Interino da Educação, Fernando Haddad; Vice-Governadora do Estado do Pará, Sra. Valeria Franco; Representante Interina do UNICEF, Sra Miriam Figueiroa; Presidente do FONACRIAD, Sra. Jane Aline Kuhn; Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sra. Denise Paiva; Vice-Presidente do CONANDA, Sr. José Fernando da Silva; Representante do Fórum Nacional DCA, Sra Maria de Lourdes Alves Rodrigues; Secretário Executivo do Ministério da Justiça – Em Exercício, Sr. Paulo Machado. A Sessão Solene teve início com a execução do Hino Nacional pelo Sr. Zezinho do Acordeon e em seguida o Presidente do CONANDA e o Ministro Interino do MEC teceram suas considerações acerca dos 14 Anos do Estatuto, enaltecendo as conquistas alcançadas durante estes anos. Em seguida foi feito o lançamento da campanha – “Hora de Fazer Valer” para distribuição de hum milhão de Estatuto da Criança e do Adolescente e a doação da logomarca de **Eifas Andreato** ao CONANDA. A iniciativa foi uma parceria entre o Ministério da Educação, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, CONANDA e a Nestlé. Em seguida foram assinados Termos de Compromisso com os Estados do Acre, Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Norte sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Este é um conjunto de normas, procedimentos e diretrizes que regulamentam o atendimento ao adolescente infrator em todo o território nacional. A governadora em exercício do Estado do Pará, falou em nome dos demais Estados que assinaram o Termo de Compromisso. Em seguida, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o CONANDA e o Departamento de Polícia Federal, com o objetivo de contribuir para Campanha Nacional pelo Desarmamento. Esteve presente neste Ato o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor – Geral do Departamento da Polícia Federal para assinatura do Termo. Foi ainda aprovado pelo CONANDA Resolução Nº 97/2004 aderindo à campanha pelo desarmamento. A conselheira Elisabete Borgianni fez a leitura da “Carta Aberta 14 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Hora de Fazer Valer” e o Grupo Teatral Liberdade Consciente fez a apresentação de uma síntese da peça “Neste Ano eu Quero Paz”. Essa peça virou tema de discussão e trabalhos escolares nas escolas do Distrito Federal. Encerrando a solenidade a Deputada Federal e Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI Maria do Rosário, fez a entrega ao CONANDA do Relatório Final que investigou as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Informou também que na tarde de hoje o relatório será levado à votação, e há interesse em retirada de nomes apontados no relatório. Assim, foi proposto e acatado pela plenária que o CONANDA se faça presente na atividade de leitura e aprovação do relatório no Congresso Nacional. No dia quatorze de julho às nove horas e trinta minutos o Vice-Presidente Sr. José Fernando da Silva, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, deu prosseguimento aos trabalhos da assembléia, na sala de reunião nº 328 do Edifício Sede do Ministério da Justiça. Estiveram presentes os conselheiros titulares: Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Elisabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Maria Izabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Rachel Niskier Sanchez, Sociedade Brasileira de Pediatria; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Maria das Graças Fonseca Cruz, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; Laura Nazareth de Azevedo Rossetti, Federação Nacional das APAE’s; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulsk, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança – Organização de Ação Social da CNBB; Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino; Welinton Pereira da Silva, Visão Mundial; Ivanildo T. Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Regina Celeste B. Affonso de Carvalho, Ministério da Saúde; José Luis

Gonzaga de Oliveira, Ministério da Justiça e Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia, Joseleno Vieira dos Santos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Napoleão Alvarenga Filho, Ministério da Cultura; Cleyde Alencar Tormena, Ministério da Educação; Meyre France Ferreira Leão, Ministério do Esporte; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde; Christiano Sávio Barros Figueirôa, Ministério das Relações Exteriores; Silvana Márcia Veloso de Castro, Ministério do Trabalho e Emprego e Antonia Puertas Jimenez, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Por motivo de ausências justificadas dos representantes da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça e do Conselho Federal de Psicologia, foram convocados os conselheiros suplentes que já se encontravam presentes no recinto Antonio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores e Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. O Vice-Presidente submeteu a Pauta de Trabalho à plenária tendo a mesma sido aprovada com a transferência do ponto de pauta sobre a discussão do Projeto de Lei de Adoção para a próxima plenária a realizar-se no mês de agosto. Em seguida foi formado um grupo de conselheiros para representar o CONANDA na Solenidade de Assinatura da Portaria do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o atendimento do adolescente infrator nas unidades de internação, em comemoração aos 14 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Pauta de Trabalho teve prosseguimento com os pontos que seguem: **Aprovação da Ata da 116ª Assembléia Ordinária:** A Ata da 116ª Assembléia Ordinária foi aprovada com correções pertinentes. Quanto a Ata da 117ª Assembléia Ordinária a mesma não fora apresentada pela Secretaria Executiva por problemas de acúmulo de trabalho. **Apresentação do Relatório da 4ª Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes** – Estiveram presentes a Sra. Regina de Assis, Presidente da MULTIRIO, o Sr. Marcos Tavares e o jornalista Veet Vivarta da ANDI. A Sra. Regina fez um breve histórico sobre a 4ª Cúpula Mundial, dando ênfase aos assuntos debatidos, destacando-se a Carta dos Profissionais participantes e a Carta dos Adolescentes, juntamente com as propostas aprovadas, sintetizando o pensamento e as ações desejadas por todos os participantes do evento. O Sr. Vivarta falou dos desafios para os encaminhamentos das propostas aprovadas no evento, sobre a importância de ser ter uma legislação dos direitos do telespectador e da falta de funcionamento do Código de Ética no Brasil. Falou ainda dos poucos avanços para criar instrumentos para regulamentação desta matéria, para se viabilizar a produção de mídia de qualidade. Abordou também sobre o papel fundamental da Escola na mídia. O Sr. Marcos falou sobre o formulário de avaliação do evento, informando que a próxima Cúpula será realizada na África, com a participação de pelo menos sessenta países e que as informações poderão ser obtidas no site www.riosunnic.2004.com.br. Os assuntos foram debatidos tendo sido questionada questões como: TV como babá eletrônica, classificação etária, crianças negras sempre associadas com as questões das drogas, violência, entre outros. **Deliberação:** a) a Comissão de Articulação e Comunicação deverá discutir como será o dialogo com o MEC, com o Conselho Nacional de Comunicação e com as Emissoras de TV; b) o Vice-Presidente deverá efetuar articulações com o Senado Federal para analisar a nova composição do Conselho Nacional de Comunicação. O Sr. Vivarta fez a entrega oficial ao Vice-Presidente de exemplares do livro “Remoto Controle”, que aborda a linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes e se comprometeu enviar exemplares para todos os conselheiros. Finalizando, o Vice-Presidente agradeceu em nome do CONANDA a importante participação dos visitantes. **Relato da Reunião Extraordinária da Comissão de Articulação e Comunicação** – Antes dos Trabalhos de Grupo das Comissões, a Comissão de Articulação e Comunicação fez um relato sucinto da reunião extraordinária realizada nos dias cinco e seis de julho. Foi feito relato dos preparativos do VII Encontro de Articulação no que tange ao Convênio, infraestrutura do evento, palestrantes, facilitadores, coordenadores, material didático, participantes, metodologia, programação e construção do documento sobre o sistema de garantia de direitos. As propostas apresentadas foram debatidas tendo sido deliberado que o Encontro será realizado em dois dias, ficando o terceiro dia

para Trabalhos Concomitantes do VII Encontro e da Assembléia Ordinária do Conselho. **Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas:** No período da tarde as Comissões Temáticas se reuniram para tratarem de assuntos específicos de suas áreas de atuação. Dando continuidade aos trabalhos no dia 15 de julho, a pauta foi desenvolvida como segue: **Relato das Comissões Temáticas:** 1) **Comissão de Articulação e Comunicação:** O conselheiro Christiano, apresentou os trabalhos informando que a Comissão decidira preservar o espírito de horizontalidade e as linhas gerais da metodologia proposta para o VII Encontro, discutida em sua última reunião extraordinária e adaptá-la aos indicativos recebidos da plenária, especialmente no que diz respeito à duração do encontro, à densidade da mesa inicial e à forma de composição dos grupos. A Comissão decidiu ainda combinar em um único momento a discussão sobre configuração e seus avanços, retrocessos e limites do sistema, levando-se em conta os eixos estratégicos em torno dos quais se pretende elaborar o Plano Nacional de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos. Em seguida foi apresentada a programação do evento na sua íntegra. **Deliberações:** a) participação de todos os conselheiros do CONANDA no dia 13/08, das 8h30 às 10h00 na reunião do Pró-Conselho; b) indicação dos conselheiros Marcos, Margarida, Maria das Graças e Rachel para participarem da reunião do Pró-Conselho Brasil no dia 13 de agosto; c) aprovação da publicação do Planejamento Estratégico do Conselho. Neste sentido os conselheiros Antonia e Fernando deverão circular a minuta do documento que será elaborada pelas consultoras Glória e Ângela, contratadas pelo UNICEF; d) incluir nas pastas matérias didáticos do UNICEF; e) nos próximos encontros o CONANDA deverá levar em conta o índice populacional dos Estados para definir o nº de participantes; f) convidar o Grupo Consultivo do Pró-Conselho Brasil para participar do evento; g) subdividir a Comissão em dois Grupos de Trabalho, sendo um de Articulação e outro de Comunicação, para tratarem dos assuntos específicos de cada eixo. A conselheira Elisabete manifestou o seu protesto sobre a impossibilidade em indicar conselheiros suplentes da sociedade civil para representações, alegando que os mesmos têm contribuído sobremaneira com os trabalhos do Conselho. **Termo de Parceria Fundação Telefônica** - Os conselheiros deverão encaminhar sugestões ao Termo de Parceria à Sra. Cristina até o dia 22/07 e esta fará a sistematização do mesmo até o dia 30/07. A assinatura do Termo deverá ocorrer na abertura do evento. Foi aprovado que a Fundação Telefônica participará com Stander no local do evento com demonstrativo da rede **Risolidária** devendo ser distribuído materiais aos participantes sobre o assunto. 2 - **Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Socioeducativas** - A Comissão fez o relato dos trabalhos, informando os resultados das reuniões sobre o Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas e sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, apresentando calendário das próximas atividades dos referidos grupos conforme segue: a) dias 23 e 24 de agosto, reunião do Grupo de Trabalho sobre o Projeto de Lei com o FONACRIAD e SPDCA; b) dia 10 de setembro reunião do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE; c) dias 27, 28 e 29 de setembro/2004, Seminário sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. SINASE. Foi apresentado ainda o público alvo e a programação do evento. Com relação aos recursos do Fundo Nacional, foi informado que até o presente foram executados aproximadamente 22% do total orçado. Os recursos orçamentários disponíveis já estão comprometidos, faltando os recursos financeiro para efetuar os pagamentos. Há necessidade urgente de descontingenciamento dos recursos da fonte do tesouro, para atender toda a demanda. Quanto aos recursos orçamentários disponíveis na fonte de arrecadação, os mesmos não podem ser comprometidos, visto que não há previsão de arrecadação no momento. Daí a necessidade de se avaliar os Projetos financiados com recursos da Petrobrás para se obter novos recursos daquela Empresa. A Comissão apresentou relação de projetos da SPDCA que foram conveniados sem a aprovação do CONANDA, inclusive o Projeto da ARCA/Contagem, o qual já havia sido alvo de questionamento pela Comissão. Os Projetos da SPDCA sobre crianças desaparecidas não foram analisados, em virtude de não haver recursos disponíveis. O Projeto de monitoramento do Caje II deliberado na Assembléia anterior teve seu valor readequado a menor. Segue abaixo a relação de Projetos aprovados da SPDCA, sendo que alguns são novos e outros referendados da Assembléia anterior, referentes ao Programa de Combate ao Abuso e Exploração

Sexual de Crianças e Adolescentes: 1 – Municípios do Pair e Salvador – Referendado; 2 – Municípios de Itaobim – Referendado; 3) – Município de Manaus – Novo; 4- Universidade Católica de Goiás – Novo; 5 – Município de Cuiabá-Novo; 6) Município de Rondonópolis-Novo; 7) Município de Recife - Novo. Foi informado que as Entidades BCN/OSASCO e Movimento Educart que já captaram recursos para os Projetos Esportivos Sociais ainda não enviaram a documentação exigida para o repasse de recursos. **Deliberação;** Solicitar à SPDCA a relação dos Projetos conveniados indicando o cumprimento dos critérios estabelecidos. **3 – Comissão de Legislação e Regulamentação** - A conselheira Marta, relatora da Comissão fez o relato dos trabalhos abordando os pontos que seguem: **Portaria Nº 1.597/julho/2004 que estabelece critérios e procedimentos da Classificação Indicativa de Obras Audiovisuais destinadas a cinema, vídeo, DVD e Congêneres** – Estiveram presentes na reunião da Comissão e na plenária os advogados da Secretaria Nacional de Justiça, Sra. Carolina e o Sr. Wagner Augusto, para os esclarecimentos da referida Portaria, principalmente no que tange às determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os representantes esclareceram que a Portaria não normatiza os Programas de tv, jogos, teatros, RPG e Shows, sendo que estas atividades deverão ser objeto de discussão em outro momento. Os visitantes disponibilizaram cópia da legislação pertinente e pró-memoria do procedimento que culminou na edição da Portaria. Houveram questionamento da plenária quanto a autorização na classificação para filmes, quanto a dupla possibilidade de ter os responsáveis acompanhando o adolescente, quais motivos levaram à revisão da Portaria, necessidade de identificar e chamar todos os atores envolvidos para debater o assunto no Ministério da Justiça e outros. Os visitantes esclareceram que a revisão foi feita em função de falhas na Portaria anterior, tendo sido excluídos a TV e outros para se evitar conflitos de interesses, estes pontos polêmicos ficaram para uma segunda fase. A Sra. Carolina esclareceu os procedimentos adotados para consulta pública e para formação da Comissão Revisora, contando com a contribuição dos Srs. Tarcízio e Rafael da SEDH. Ressaltou que foram adotados os princípios do Estatuto responsabilizando a Família, o Estado e a Sociedade; O Sr. Wagner informou que a partir de agosto será discutida nova portaria para TV. Foi solicitado pelo CONANDA a viabilidade deste colegiado integrar a Comissão Revisora, tendo a mesma sido aceita. O conselheiro Pedro manifestou não estar convencido com as explicações apresentadas e a conselheira Júlia manifestou o seu incômodo com a Portaria pela ausência do CONANDA na sua normatização. A conselheira Elisabete elogiou o trabalho da Comissão pela abertura do debate com a sociedade. O conselheiro Cláudio registrou não ser a primeira vez que temas relevantes são encaminhados ao CONANDA na última hora. Lamentou a questão do cerceamento de expressão de conselheiro sobre o assunto, alegando que o CONANDA poderia suspender a portaria por ferir os princípios de garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A conselheira Maria Izabel registrou que o papel da sociedade civil é contribuir para os avanços e que muitas vezes ela é mal interpretada. **Deliberação:** a) A Comissão de Articulação e Comunicação deve apresentar proposta de trabalho para a Assembléia do mês de agosto, considerando a discussão havida com os responsáveis da 4º Cúpula Mundial da Mídia pela Infância e Adolescência e Ministério da Justiça; b) indicação dos conselheiros José Fernando, Marta, Cleyde e José Luís para compor o Grupo de Trabalho sobre classificação indicativa e participarem da próxima reunião da Comissão Revisora. A Comissão submeteu à plenária o parecer sobre o Artigo 3º do Estatuto do Idoso, tendo o mesmo sido aprovado com correções pertinentes. Quanto à aprovação do Regimento Interno do CONANDA e demais documentos para parecer da Comissão os mesmos foram transferidos para a Assembléia do mês de agosto. **4) Comissão de Políticas Públicas** – A conselheira Maria Izabel fez o relato dos trabalhos abordando os seguintes pontos: **Reunião com a SEPIR e UNICEF** – Foi feito relato sucinto da reunião realizada no dia 13/07 para construção de agenda conjunta, no sentido de promover a garantia dos direitos de crianças e adolescentes quilombolas. Nesta reunião foi apresentado o relatório com o resultado das oficinas que trataram de questões relacionadas a população quilombola de cento e cinquenta comunidades, retratando os principais problemas enfrentados naquelas localidades. O UNICEF expôs o andamento do **Projeto Zanauandê** com ações voltadas para o fortalecimento da Coordenação

Nacional dos Quilombolas. **Encaminhamentos propostos e aprovados;** a) enviar documento aos Governadores, Conselhos Estaduais e Distrital dos Direitos, com exposição de motivos para sensibilizá-los a conhecer o diagnóstico das comunidades localizadas em seus Estados e os CEDCA's para que discutam o assunto e indiquem suas ações – Responsável, conselheira Rachel; b) elaborar release para os participantes do VII Encontro no sentido de sensibilizá-los a atuarem nesta questão; c) UNICEF encaminhar ao CONANDA formulário que será aplicado na pesquisa, para que o mesmo possa contribuir nas adequações, caso seja necessários; d) prever apresentação do diagnóstico feitos pela SEPPIR e Projetos Zanauandê na Assembléia de setembro, para encaminhamentos conjuntos; e) que o CONANDA seja membro participante das visitas às comunidades quilombolas para conhecer a situação das crianças e adolescentes daquelas localidades; f) Secretaria Executiva encaminhar cópia do Relatório com o diagnóstico das comunidades quilombolas à todos os conselheiros do CONANDA.

Reunião com o CONADE para tratar das questões relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes portadores de deficiência. A reunião teve como objetivo construir uma agenda conjunta no sentido de promover a garantia dos direitos de crianças e adolescentes portadores de deficiência. O debate objetivou ainda subsidiar o CONANDA na revisão e adequação das Diretrizes Nacionais e VI Conferência Nacional. Os representantes do CONADE também consideraram de extrema importância a atuação conjunta dos dois conselhos.

Encaminhamento Proposto e Aprovado; a) Criar Grupo de Trabalho para aprofundamento das questões apresentadas e propor encaminhamentos aos dois Conselhos; b) solicitar à CORDE informações sobre o Grupo de Trabalho Interministerial para discutir o tema a fim de não haver duplicidade de ações; c) que o CONANDA participe da Assembléia do CONADE no dia primeiro de setembro, tendo sido indicado o nome do Vice-Presidente para comparecer; d) formalizar a solicitação ao CONADE e solicitação de pauta.

Atividades de Entrega de documentos sobre o PETI ao Ministro Patrus Ananias - MDS – A Comissão definiu não participar do evento por motivo da incompatibilidade de horário com a Assembléia do CONANDA.

Oficina sobre crianças e adolescentes indígenas: À Comissão propôs plenária à realizar o debate sobre Crianças e Adolescentes Indígenas no dia anterior à próxima assembléia. No entanto, foi proposto em plenária e aprovado por todos alterar a data da Assembléia do mês de outubro para os dias cinco e seis. Assim, a data para realização da oficina, não foi definida devendo o assunto ser tratado na próxima Assembléia do CONANDA. A relatora apresentou os temas a serem tratados e o público alvo do evento.

Oficina sobre Trabalho Aprendiz – A Comissão propôs para os dias 27 e 28 de setembro a realização do evento, tendo em vista as dificuldades operacionais para realiza-lo no mês de agosto. Os Assessores Francisco e Alberto ficaram responsáveis pela sua organização.

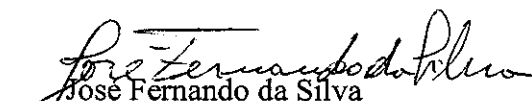
Campanha do Registro Civil: Foi proposto convidar a Sra. Leilá Leonardos para expor sobre os últimos informes encaminhados. Porém, devido a exigüidade de tempo, foi definido solicitar a Sra. Leilá os informes por escrito, devendo os mesmos serem encaminhados a todos os conselheiros

Termo de Compromisso Assinado entre a SEDH/CONANDA/PF: O conselheiro Cláudio fez revisão no documento, concluindo que é necessário o CONANDA disciplinar, através de Resolução, como irá definir as ONG's que efetuarão convênio com a Polícia Federal. Foi deliberado que o conselheiro José Luis trará minuta da resolução na próxima Assembléia.

Participação do CONANDA nas Discussões do Plano Nacional de Assistência Social: Foi indicado o nome do Vice-Presidente para representar o CONANDA no evento, caso o mesmo tenha agenda disponível.

Plataforma Prefeito Amigo da Criança para Eleições 2004 – A Comissão debateu o assunto e apresentou considerações sobre o documento. O conselheiro Antonio informou que o Fórum Municipal DCA de Teófilo Otoni apresentou questionamentos sobre a premiação do Prefeito daquele município como Prefeito Amigo da Criança, uma vez que não há qualquer trabalho realizado efetivamente. Neste sentido a conselheira Antonia esclareceu que já estava agendada reunião do Presidente do CONANDA com o Conselho Municipal e Entidades representativas daquele município para discutir o assunto. Ainda com relação ao Prefeito Amigo da Criança a relatora ressaltou que apesar do CONANDA ter solicitado a inserção de gênero nas peças de propaganda com os dois atores da Globo, não se obteve o retorno do pedido. Propôs a reiteração da

recomendação. **Regulamentação da CBF:** A conselheira Maria Izabel ficou responsável em repassar informações aos conselheiros sobre o assunto, via e-mail. **Documentos Recebidos:** a) recebimento de documento da Sociedade Brasileira de Pediatria contendo subsídios sobre crianças e adolescentes portadores de deficiência. Foi proposto enviar Ofício à SBP agradecendo o envio e informando que o material será enviado ao CONADE sugerindo àquele Conselho que a SBP seja convidada para a Assembléia do mês de setembro para discussão de atividade conjunta; b) recebimento de documentos da Sra. Tereza Toma, médica pediatra, pesquisadora, demonstrando preocupação com a realização de Audiência Pública para discutir Resolução da ANVISA e do PL 6915/02, sobre a comercialização de alimentos para lactantes e crianças de primeira infância. A conselheira Thereza fará contatos com o setor que trata da questão Materno Infantil – MS para obter informações sobre o assunto e fará leitura da Resolução da ANVISA, enviando informações aos conselheiros; c) recebimento de documento do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly informando sobre a formação de Grupo de Trabalho para analisar proposta do PL 5.921/01 que propõe a regulamentação de publicidade sobre a venda de produtos infantis, de acordo com decisão tomada após audiência pública realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor. A Comissão propôs manter contatos com o Sr. Amarildo Baesso, visto que o mesmo representou o CONANDA na primeira reunião realizada, a fim de verificar a viabilidade do deste Conselho integrar o GT; d) recebimento de documento das Aldeias SOS de Brasília, sobre Família Substituta Permanente, solicitando espaço na Assembléia do Conselho para expor a experiência da instituição sobre o tema. **Informes:** 1) O conselheiro Cláudio informou sobre os prejuízos do Grupo de Trabalho sobre o Projeto de Lei de Medidas Socioeducativas, em função dos atrasos e cancelamentos dos vôos da Vasp, alegando que o mesmo não gerava economia e sim prejuízos para os trabalhos, considerando que as pessoas estão prestando serviço voluntário. Solicitou a necessidade da SEDH rever a medida administrativa no tocante aos colaboradores. Neste sentido, a conselheira Elisabete alegou que além do registro em Ata, há necessidade de fazer um pleito formal ao Sr. Secretário Adjunto Mário Mamede sobre o assunto, registrando ainda, caso sua passagem seja marcada pela Vasp ela não comparecerá às Assembléias; 2) – Convite do CONADE sobre o evento Sociedade Inclusiva – Dias 21, 22 e 23 de julho em Brasília-DF; 3) Convite do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA sobre o I Encontro de Conselhos de Políticas Públicas – Dia 09 de julho na cidade de São Paulo – Indicação para o Presidente ou Vice-Presidente representarem o CONANDA; 4) A conselheira Maria de Lourdes propôs enviar nota a imprensa e site do CONANDA, parabenizando o trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a situação de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, lamentando a exclusão do nome do Vice-Governador do Amazonas do Relatório; 5) A conselheira Júlia informou que a marca da campanha “Hora de Fazer Valer” já fora doada ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua há dez anos atrás, por ocasião de aniversário do Movimento. Foi proposto que o Movimento comunique oficialmente ao MEC. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Vice Presidente do CONANDA.


José Fernando da Silva
Vice Presidente do CONANDA